

25/6/1987

Alagoas promete ônibus para levar "bóia-fria"

SERRANA (SP) — Os 700 trabalhadores alagoanos de um total de 3 mil da Usina Martinópolis — alvo de denúncias de viverem sob trabalho semi-escravo, confirmadas, segundo o secretário do Trabalho de Alagoas, José Humberto Torres, que visitou a região do corte de cana — começam hoje a ser entrevistados por equipes da Secretaria do Trabalho de São Paulo e da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado, para elaboração de uma lista dos que desejam voltar a seus locais de origem. O secretário alagoano anunciou que haverá ônibus para o retorno e trabalho para eles em algumas das 30 usinas de Alagoas, o segundo maior produtor de açúcar do país.

A primeira denúncia de trabalho semi-escravo partiu de um grupo de 18 alagoanos, que fugiu para São Paulo na semana passada. Na terça-feira, 40 tomaram a mesma atitude e estão hoje abrigados na capital paulista, na sede da Associação de Voluntários para Integração dos Migrantes: 80 acamparam em frente à prefeitura da cidade. A Usina Martinópolis, que fica a 315 quilômetros de São Paulo, negou as denúncias, e a própria Delegacia Regional do Trabalho na cidade afirmou, há dias, que não encontrara irregularidade, "a não ser o fato de os bóias-frias cortarem cana descalços ou de chinelos", segundo o subdelegado da região, Paulo Cristiano da Silva.

Dieta — Anteontem, porém, o secretário de Trabalho de Alagoas, José Humberto Torres — que veio a São Paulo por determinação do governador daquele estado, Fernando Collor de Mello —, chegou a Serrana e percorreu a usina, onde conversou com os trabalhadores, que se espalham por 2 mil alqueires da fazenda Jequitibá. Ali trabalham 3 mil cortadores de cana, dos quais 700 vieram de Alagoas.

Segundo as acusações de parte dos 200 que abandonaram o local, e de muitos que ainda continuam na usina na esperança de que a situação melhore, eles foram aliciados pelo agenciador da empresa em Alagoas, o gato (intermediário de mão-de-obra) Celso Alves Pereira, para trabalhar na Martinópolis por um salário que variava, conforme o caso, entre CZ\$ 8 mil e CZ\$ 30 mil. Ao iniciarem o serviço, porém, foram informados de que receberiam no máximo CZ\$ 3 mil 500 mensais por uma jornada de trabalho de 10 horas, tendo ainda um desconto de CZ\$ 40 por dia para alimentação. Até antes da denúncia ser feita a alimentação se resumia em arroz e ovo frito. Depois que o caso veio a público na quarta-feira da semana passada, no entanto, foram acrescentadas carne e farinha à dieta dos trabalhadores.

Fiscalização — A semi-escravidão não é nenhuma novidade no estado de São Paulo, onde se concentram 300 mil bóias-frias. No ano passado, a Secretaria Estadual do Trabalho constatou trabalho semi-escravo nos campos do Vale de Itapetininga e nas plantações de chá do Vale do Ribeira. Também na safra de 1986, a mesma Usina Martinópolis, uma das 16 da região de Ribeirão Preto, deixou de pagar a 1 mil 600 empregados, o que fez com que muitos bóias-frias da área se recusassem a prestar novos serviços àquela empresa. Por isso, segundo o subdelegado de Ribeirão Preto, foram contratados os 1 mil 200 trabalhadores nordestinos neste mês. Todavia, é 3 primeira vez que um secretário do Trabalho de outro estado vem a São Paulo verificar as condições a que estão submetido alguns de seus conterrâneos.

— Não temo que os bóias-frias alagoanos voltem para o seu estado, pois não há dificuldade nenhuma em substituí-los — assegura o proprietário da Martinópolis, Luís Cardamone Neto, que aguarda a chegada de outros 900 trabalhadores alagoanos à usina até o final do mês. O número previsto, no entanto, deverá ser reduzido, pois o agenciador, Celso Alves Pereira, ameaçado de morte por alguns bóias-frias mais exaltados, viu-se obrigado a retornar a Serrana

depois das denúncias. Além disso, o secretário José Humberto Torres já providencia um esquema de fiscalização na estrada de seu estado para impedir que os trabalhadores migrem para São Paulo sem a posse de todos os documentos, inclusive dos contratos formais de um eventual emprego. O proprietário da Martinópolis também não acredita que poderá vir a cumprir a pena de dois a seis anos de reclusão, caso a Delegacia Regional do Trabalho volte atrás e confirme, pressionada pela Secretaria Estadual do Trabalho de São Paulo e de Alagoas, o crime por “redução à condição análoga de escravo”.

(Página 8)